

## **As novas tensões nos sistemas políticos em alinhamento às transformações correntes nos ecossistemas comunicacionais**

André Vouga<sup>1</sup> e André Carvalho<sup>2</sup>

Convivemos com um quadro de explosões sociais recentes, planetariamente difundidas, com semelhanças nas formas de arranjo e condução, e também quanto a alguns de seus motores e pleitos. Entre esses últimos aparece de forma demarcada a sensação de falha intrínseca nos sistemas da política representativa, do que deriva um desejo de apartamento dos sistemas políticos institucionalizados e, ainda, o de dar voz a uma suposta maioria não representada.

Proporemos aqui a exploração das raízes desses processos no progressivo rearranjo das formas de embate político, remetendo a padrões que se ancoram em usos específicos de novas estruturas comunicacionais e que se caracterizam por arranjos de luta transitórios, imantados por causas específicas, mas conectados a redes mais amplas de articulação.

O devir social opera de modo descontínuo e imprevisível. Há uma plethora de exemplos históricos nos quais acontecimentos de caráter visivelmente localizado parecem dispor de sincronidades que expandem dramaticamente seus efeitos. Por razões difíceis de mapear, um evento aparentemente contingente pode encontrar o momento correto para rearticular fortemente seu contexto de origem.

Foi surpreendente para muitos o porte dos desdobramentos da violência policial que incidiu sobre a manifestação do Movimento pelo Passe Livre na capital paulista em junho de 2013. Mesmo que se possa indicar a presença prévia dos fatores motivadores, o momento e a forma como eles se articularam teve forte carga de imprevisibilidade.

As jornadas que dali se desdobraram tiveram recepção variada, ao longo do tempo e por diferentes atores. Em parte, aparece o reconhecimento de que elas produziram movimentações nos sistemas de poder e conquistaram diversos pleitos mesmo que, eventualmente, de modo superficial. E, igualmente, que reintroduziram temas adormecidos na agenda, tais como a reforma política, baseada no diagnóstico de que a angústia com os limites

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco

<sup>2</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPE

do desenho atual de nosso sistema representativo se definiu como seu principal motor. Mas, ainda que notáveis, as respostas das instâncias de governo, não limitaram a continuidade das manifestações, que se pulverizaram em contornos cada vez mais distintos.

Em certas parcelas mais tradicionais da esquerda, apontou-se uma tautologia em seus discursos dominantes, mesclada a um cinismo pouco propositor. Foi demarcada ainda a presença de uma relativa inconsciência política ao se apontar erroneamente os poderes responsáveis pelos problemas elencados. Dificuldade que se expandiria dentro de uma percepção mais pragmática do processo político, remetendo aos recortes mais amplos de poder efetivamente envolvidos nas demandas não atendidas. Aspectos que se desdobram, ainda, na discussão da possibilidade de instrumentalização estratégica desses movimentos pelas forças diversas às quais interessaria a deslegitimação dos governos correntes. E, também, remetem à problematização do legado deixado por toda a movimentação, no sentido da progressão da capacidade de articulação social e do estabelecimento de sistemas contra-hegemônicos mais duradouros.

No entanto, o ponto de interesse aqui destacado passaria mais por outro tipo de legado. Remete às possíveis sementes deixadas, tanto em termos da possibilidade da expansão da cognição coletiva do contexto político, quanto na experimentação de novas formas de articulação participativa. E, principalmente, a discussão do papel cumprido nesse contexto pelas transformações nas formas de comunicação, com interesse especial na forma como novos dispositivos e arranjos comunicacionais vem redefinindo possibilidades para os regimes de visibilidade estabelecidos desde a construção moderna do Estado. Neste sentido, cabe investigar as tensões que percorrem atualmente o conceito de ordem pública.

### **Da visibilidade individual**

O apelo à manutenção da ordem pública, tarefa ligada à tradição do Estado, constitui um tipo de procedimento que se contrapõe a ameaças nomeadas: subversão, terrorismo etc. Nessa operação, argumentando “razões de segurança”, o Estado endossa ações que suspendem garantias de cidadania que constituiriam parte de seu próprio sistema legitimador.

Um fator preponderante no desenho desta posição foi o momento no qual a aglomeração urbana se mostrou franquadora do anonimato, fator que despertou angústia dos analistas das funções do Estado desde as raízes do chamado pensamento consequencialista. Em resposta se desenharam os processos de identificação civil visando ao aumento do

controle das parcelas vistas como perigosas da população, através de sua rastreabilidade (MARTIN-BARBERO, 1997)

A genealogia dos dispositivos de segurança contemporâneos remonta em maior medida aos Estados absolutistas, com a perspectiva hobbesiana de que se deveria garantir a seguridade para todos através da permanência da ordem soberana. Foucault (2008), por sua vez, localiza mais especificamente a origem da mudança nas técnicas de governo – a gênese dos dispositivos de segurança contemporâneos – no surgimento da visão econômica moderna com os fisiocratas, especialmente na figura de François Quesnay – a quem comumente se atribui o *Laissez Faire, Laissez Passer*.

Se quisermos entender melhor em que consiste um dispositivo de segurança como o que os fisiocratas e, de maneira geral, os economistas do século XVIII pensaram para a escassez alimentar, se quisermos caracterizar um dispositivo como esse, creio que é necessário compará-lo com os mecanismos disciplinares que podemos encontrar não apenas nas épocas precedentes, mas na mesma época em que eram implantados os mecanismos de segurança [...] A disciplina, por definição, regulamenta tudo. A disciplina não deixa escapar nada. [...] A menor infração à disciplina deve ser corrigida com tanto maior cuidado quanto menor ela for. Já o dispositivo de segurança, como vocês viram, deixa fazer [*laisse faire*]. (FOUCAULT, 2008, pág. 58-59)

No referido texto, Quesnay propõe uma resolução do problema da fome generalizada, não através de sua prevenção, mas da liberação do comércio e da gestão de suas consequências. Um paradigma de governo que localiza a perspectiva de segurança na administração dos efeitos e não das causas. Tal axioma, segundo Agamben (2014), tem uma forte implicação filosófica para nossas sociedades, uma vez que denuncia o enlace intrínseco e contraditório entre o liberalismo econômico e o Estado securitário.

São casos ilustrativos desse paradoxo os dispositivos biométricos que inicialmente se constituíram como medidas para fichar criminosos, ou seja, foram pensados não para prevenir crimes, mas para perseguir criminosos reincidentes: pressupondo a intervenção do Estado depois do ilícito. Com a multiplicação desses dispositivos, as técnicas de identificação progridem sobre a vida cotidiana, exprimindo uma aporia significativa: as técnicas de controle nas sociedades contemporâneas, engendradas com o discurso de proteção, são as mesmas que violentamente possibilitam a opressão. Agamben questiona tal paradoxo a partir de um viés político:

Se critérios biológicos, que em nada dependem da minha vontade, determinam minha identidade, então a construção de uma identidade política se torna problemática. Que tipo de relação eu posso estabelecer com minhas impressões digitais ou com meu código genético? (AGAMBEN, 2014, pág. 6)

Para o filósofo, esse contexto vigiado e controlado não se constitui mais como um espaço público, se amolda mais como uma prisão onde os direitos estão suspensos. A partir desta inversão, os próprios cidadãos se sujeitam à suspeição por parte do Estado: ‘todo homem é livre, até que prove o contrário’, se transforma em ‘todo homem é suspeito, até que se prove o contrário’. Desse modo os cidadãos se deparam com dificuldade em forjar ações de contestação de poder ao modo de operação dos partidos tradicionais e dos movimentos de esquerda de décadas passadas. E ocorre que o paradigma da segurança tenciona o significado das manifestações populares para dentro de um discurso criminalizante.

As marchas de junho de 2013 apontaram para um tipo de modelo que opera nas bordas de tal cinturão. As ferramentas de anonimato parecem, em um primeiro momento, constituir uma proteção do indivíduo diante da violência corporal, vigilância policial e responsabilização estatal. Mas estamos inclinados a pensar que as máscaras conferem usos e apropriações mais problemáticos.

Em 2011, no período em que a chamada Primavera Árabe ganhou notoriedade, a revista Time estampa na capa sua “personalidade do ano”: a caricatura de uma mulher mascaradas, com os letreiros “The Potester”.<sup>3</sup> De modo que o semblante zombeteiro do rosto de Guy Fawkes<sup>4</sup>, a touca ninja dos Black Blocs, as camisas enlaçando faces, mitificavam a figura dos combatentes. Nas máscaras reside uma pluralidade de significados difundidos em nossa cultura: alterego de heróis e vilões, da impessoalidade dos carrascos, da habilidade dos cavaleiros, da frieza dos terroristas, com toda polissemia problemática que recai atualmente sobre essa última palavra. Conforme coloca Caillois (1967), tais instrumentos foram usados inicialmente para celebrar deuses, espíritos, animais, antepassados e toda espécie de elementos sobrenaturais que o homem receia – para que este pudesse conjurar forças sobre as quais seria, em primeira instância, impotente.

Por ocasião de um tumulto ou de um enorme burburinho, que se alimentam a si mesmos e se caracterizam pelo seu excesso considera-se que a ação das máscaras revigora, rejuvenesce, ressuscita a natureza, e a sociedade. A irrupção destes fantasmas equivale às das forças que o homem teme e em relação às quais se sente impotente. Assim, encarna temporariamente as forças assustadoras, imita-as, identifica-se com elas, e, logo alienado, em estado de delírio, acredita que é verdadeiramente o deus cujo aspecto quis assumir, através de um disfarce elaborado ou pueril. A situação inverte-se: agora, é ele quem mete medo, é ele a entidade terrível e inumana [...] Só depois de o ter nas mãos, e de servir dele para aterrorizar é que o considera inofensivo, familiar e humano. (CAILLOIS, 1967, 107-108).

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://content.time.com/time/person-of-the-year/2011/>>, consultado em 24 de março de 2015.

<sup>4</sup> Soldado inglês que participou de uma conspiração na Inglaterra, em 1605, com o intuito de assassinar o rei Jaime VI e o parlamento, durante a sessão.

Ainda para ele, as máscaras procedem um rito de reelaboração psíquica. Ou seja, operam de maneira semelhante à casca vazia nietzscheana, ilustrada pela capacidade do nome Homero abarcar significados heterogêneos de acordo com o uso que se desejava. Nessa medida, tal indumentária funciona como um repositório de tensões, que contempla tanto discursos criminalizantes operados pelos mecanismos deslegitimadores, quanto são entendidos como uma estratégia fundamental de ação política que possibilita o uso de táticas mais agressivas.

A batalha semiótica em torno das máscaras encarna ideias e aspirações da identificação coletiva. Conforme menciona José Murilo de Carvalho, no estudo onde busca decifrar o imaginário político nacional através de nossos heróis:

Heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos [...] Herói que se preze tem de ter, de algum modo, a cara da nação. Tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado. Na ausência de tal sintoma, o esforço de mitificação de figuras políticas resultará vão. Os pretendidos heróis serão, na melhor das hipóteses, ignorados pela maioria e, na pior, ridicularizados. (CARVALHO, 2005, pág. 55-56)

As máscaras presentes nos protestos continham tais tipos de potenciais, mas parecem ter perdido a batalha simbólica, sendo coladas ao sentido negativo das duplicidades que carregavam, vilanizadas sob a marca do vandalismo. No entanto, cabe perguntar se dentro de um paradigma de governo de segurança – onde o cidadão é inimigo em potencial – o traje anônimo aliado ao embate físico constitui um elemento vetor de ações políticas socialmente construtivas. Os Black Blocs no Brasil tem apontado constantemente como inimigo a violência policial. E o fazem como um jogo, dentro dos regimes de visibilidade, que denuncia os dois principais bastiões dessa conformação perversa: o liberalismo e Estado securitário.

Porém, um fator perdura para além do pessimismo apontado para esses vetores de mobilização, pois pode-se considerar a atuação desses mascarados dentro de um modelo estocástico: pequenas diferenças nas condições iniciais de um sistema podem evoluir para estados completamente diferentes que, implicam, de certo modo, que não se pode confiar no determinismo quanto aos efeitos sociais dessas ações. Trata-se de abrir a dimensão política desses atores para as possibilidades do imponderável. Mas, longe de negligenciar as observações de necessidade do trabalho duro na organização e luta dessas mobilizações,

queremos atentar para o fato de que estes podem despertar novos modelos de organização e fazer político.<sup>5</sup>

### **Da visibilidade dos coletivos e de suas agendas**

Ao mesmo tempo, se definem outras consequências das reconfigurações dos sistemas comunicacionais sobre aspectos da vivência política corrente, que encontram paralelos de interesse em termos dos mesmos jogos de visibilidade. Dentre eles, destaca-se um que deriva dos novos processos de captura de energias pessoais, antes descarregadas em contextos pertencentes à ordem do doméstico. Um exemplo bastante direto desse arranjo viria do registro e ordenamento da memória familiar, antes procedida num contexto eminentemente privado, e hoje performada em ferramentas de informação de caráter público, como nos *sites* de redes sociais.

Interessa aqui particularmente a premissa de que a mesma capacidade de apontar energias cognitivas cotidianas para novos espaços pode ter finalidades para além da monetização corporativa. Um exemplo viria da criação de arranjos de articulação social, de organização coletiva, com maior velocidade e com menores demandas operacionais. Essa possibilidade surge, em parte, pelo estabelecimento dos suportes informatizados amplamente interligados, que permitiram que recursos de informação tenham custos de manutenção básica e de publicação substancialmente reduzidos. O que fez com que a coleta, conservação e consulta de grandes repositórios de dados deixassem de ser percebidos como dispendiosos, demandantes de extensas burocracias funcionais. Desse modo, diversas formas de agrupamento, antes dependentes de amplos aparatos burocráticos, estão se redefinindo com base na existência desses suportes, tanto no sentido da simplificação, quanto de maior agilidade.

Desse fenômeno deriva um incremento na velocidade na qual sistemas de articulação social podem ser propostos e instalados e, mesmo, as taxas de viabilidade dessas proposições, dada a redução dos esforços de manutenção demandados. E, também, se desdobra uma importante mudança quantidade de recursos sociais que se pode destinar à inovação ou transformação dessas estruturas em contraposição à sua simples manutenção. Assim, as sociedades de tipo "moderno", chamadas por Levy-Strauss de "sociedades quentes", vêm se aquecendo ainda mais. O que afina a análise social com as proposições schumpeterianas

---

<sup>5</sup> A recente midiaticização do “rolezinho”, encontros de jovens da “periferia” nos grandes centros de consumo, parece ser o desdobramento de um tipo de mobilização política imprevisto.

sobre o campo econômico, que colocam a inovação como o processo fundamental, em contraposição à produção em si, entendida como repetição.

E, da mesma forma com que convivemos com um momento de mudanças importantes nos aparatos de suporte institucional, derivadas de rupturas do quadro sócio-técnico, a comunicação tem sido recortada por fatores semelhantes com potenciais de interesse. Entre estes, destacamos aqui a progressiva onipresença da possibilidade de captação e publicação informacional. Fatores complementados pela consolidação de sistemas que memorizam afinidades de interesse e redistribuem conteúdos automaticamente, em função delas, cumprindo papéis tradicionalmente arrolados para os canais do espectro eletromagnético, mas de forma muito mais seletiva e diversificada. Aparato que já começa a ser utilizado para inverter o jogo, dando visibilidade aos agentes de estado visando a responsabilização por seus atos.

Derivam da constatação destas mudanças extensas análises sobre o quanto elas tem impactado os modos de vida, incluindo as formas de articulação social, com intrínsecos desdobramentos no fazer político. Estas contemplam percepções de uma alteração mais ligada ao grau em relação ao ativismo comunicacional tradicional, já presente no histórico das atuações militantes. Mas também incluem visões de uma descontinuidade mais radical, em conceituações como a da tecnopolítica (GUTIERREZ & TORET, 2013), que buscam destacar as rupturas em relação a formas de atuação mais consolidadas e até algumas das recentes, como o do chamado clickativismo. Buscam enfatizar um crescimento dos chamados padrões multitudinais, tais como: maior agilidade de organização, maior capacidade de condensar grupos com relativamente pouca densidade de relação prévia e pouca necessidade de coordenação hierárquica (NEGRI & HARDT, 2004). Justamente esses elementos parecem contribuir com um aumento do caráter de imprevisibilidade das ações políticas que tem sido observado. E o mesmo contexto sócio-técnico franqueia a possibilidade de manutenção quase automática de laços no longo prazo (mesmo que tênues), também tem impactos na capacidade de articulação de grupos com poucos laços para lutas de interesse comum.

Mas também há aspectos cuja contribuição para os referidos processos de articulação revelam facetas contraditórias. Por exemplo, as possibilidades de filtragem, tanto da teia de relacionamentos formada quanto das emissões simbólicas, trazem a discussão sobre as possibilidades de insulamento (VAZ, 2004). Este resultaria no apaziguamento das posições individuais pelo consumo de visões semelhantes, com redução da exposição à diferença e ao contraditório e menor exercício da tolerância.

Ao mesmo tempo, se define o que parece ser a atualização de uma discussão clássica do campo comunicacional, relativa à dualidade entre se informar e agir que, no momento, ganha novos contornos ligados à discussão da legitimidade do compartilhamento das emissões simbólicas como ação política. Às discussões clássicas sobre narcotização, pode ser somado um indicativo de crescimento da sensação de anomia, em parte derivada do desencanto tipicamente causado por uma circulação informacional progressivamente mais intensa, que desnuda mais os dramas institucionais com que convivemos. Mas aparece como contrapartida a percepção de um aspecto promissor na inclusão de esferas maiores da população em modelos mais formais de debate público, e de mobilização, considerando de interesse a intrínseca abertura de possibilidades de seu progressivo refinamento.

É visível que mesmo os atores tradicionais de comunicação tentam se valer do mesmo aparato sócio-técnico, numa tentativa de acompanhar essas tendências que se tornam progressivamente mais demarcadas. No entanto, parece se definir uma pequena brecha nos arranjos de poder no setor na medida em que fatores diversos, como por exemplo a estrutura industrial de produção destes, parecem determinar uma menor agilidade na pesquisa e exploração das novas formas de atuação. Nesse sentido o, talvez breve, hiato de oportunidade estabelecido parece definir possibilidades de interesse em termos de reapropriações do campo midiático. Possibilidade até aqui explorada em casamento com aspectos derivados do caráter contra-cultural visto na produção do chamado software livre, tais como: o aumento do caráter colaborativo na articulação política em oposição ao competitivo, buscando, por exemplo, a liderança temporal distribuída em vez da solidificação das hierarquias. E, também, o conceito de projeto aberto, em progresso, que não se encerra quando uma de suas vertentes se exaure, mas incorpora a proposição de se ramificar e pesquisar continuamente possibilidades de atuação, se reorganizando continuamente ao redor novas causas.

Nos interessam justamente os paralelismos abertos no campo comunicacional. Pensar o quanto o momento corrente de transição nas formas de comunicação parece estabelecer uma oportunidade, no sentido da reproposição dos modos de circulação simbólica que contempla prerrogativas semelhantes às dessas novas articulações coletivas. Localizar elementos de tensionamento da ordem vigente nas próprias bases estruturais dessas novas formas. Não tanto a discussão do que as forças que as utilizaram almejam de modo mais imediato, da qualidade ou legitimidade dos seus pleitos, mas das sementes de longo prazo que carregam com sua nova estruturação. Questões um pouco à moda da proposição de Rancière (2005) de que as mudanças sociais demandam a cunhagem de novos modos de vida, ao que se inclui os modos de comunicação.



Essa exortação se dá com a consciência das limitações intrínsecas dos atores que começam a ocupar esses novos espaços. Por exemplo, é comum constatar reprodução por estes das práticas dominantes, com a montagem de uma estrutura que ainda permanece mais focada na emissão que nas novas possibilidades dialógicas abertas.

Outra preocupação remete a uma inversão na ordem nos fatores observados na tradição contra-cultural, onde novos modos de vida inspiraram novas formas de articulação coletiva. No momento presente se estabelece uma demanda ao avesso. A sensação de falência dos sistemas institucionais e representativos vigentes estabelece a urgência de que sua mudança encontre densidade, ao se fundamentar em um novo *ethos* de base. O que não parece tarefa fácil no momento em que o aumento da polissemia esvazia o clamor das chamadas “grandes narrativas”, um processo que agrava a própria sensação de anomia antes discutida.

### **Considerações finais**

Algumas das críticas às jornadas de junho apontaram a probabilidade de que parte de sua massa aderente tenha se movido por rompantes típicos da juventude, com seus impulsos destrutivos. E ainda foram ventiladas motivações típicas de nossas tendências sociais, como os efeitos de manada, insuflado pelo desejo de se tornar parte de movimentos com aparência relevante.

Não excluindo totalmente essas possibilidades, é de interesse demarcar que, assim como em outras ocasiões históricas, podem se instalar motivações mais complexas, mas que não passam pelos pressupostos do esclarecimento político como entendido pelas visões tradicionais. As possibilidades de mudança na cognição do que envolve o político não remetem necessariamente aos eixos do que se apontaria classicamente como desalienação, na visão de certa tradição crítica. As demandas correntes podem apontar novas direções e ou novas abordagens dos velhos problemas, como certas linhagens de renovação do pensamento marxista dos anos 60 ou a filosofia da diferença já indicaram. Mecanismos como a ascensão estética, além de serem motivadores de possibilidades expansivas, contém por si mesmos caracteres emancipadores. Rancière (2005), propõe que a emancipação não é necessariamente uma atividade intelectual, galgada pelo acúmulo de conhecimento, mas um tipo de experiência produzido ao se recriar outro uso do tempo e espaço, outros mundos, outras relações entre pessoas e ideias. Ou seja, é quando criamos laços e experiências concretas

entre indivíduos, por meio de trocas na vida cotidiana, que operamos transformações potenciais.

O mesmo processo também derivaria uma possibilidade de testar os limites de nossa subjetividade, rompendo com nossas próprias atribuições identitárias, e suspendendo certo jogo de oposições rígidas: individualidade e coletividade, inferior e superior. Uma vez liberado o homem de um *sensorium* que divide forma e matéria, atividade e passividade, autonomia e heteronomia; seria possível a abertura transitória para um desconhecido estado de igualdade entre os homens.

A questão da ficção é, antes de tudo, uma questão de distribuição de lugares. Do ponto de vista platônico, a cena do teatro, que é simultaneamente espaço de uma atividade pública e lugar de exibição dos “fantasmas”, embaralha a partilha das identidades, atividades e espaços. O mesmo ocorre com a escrita: circulando por toda parte, sem saber a quem deve ou não falar, a escrita destrói todo fundamento legítimo da circulação da palavra, da relação entre os efeitos da palavra e as posições dos corpos no espaço comum. [...] Ora, tais formas revelam-se de saída comprometidas com um certo regime da política, um regime de indeterminação das identidades, de deslegitimação das posições de palavra, de desregulação das partilhas do espaço e do tempo. Esse regime estético da política é propriamente a democracia, o regime da assembleia de artesãos, das leis escritas intangíveis e da instituição teatral. [...] (RANCIÈRE, 2005, pág. 17-18)

Pensar sobre a realidade plástica da política, é tentar entender justamente que a tarefa de reconstruções sociais positivas exigem, antes de qualquer atividade cognitiva, uma mobilização dos afetos. Nessa medida, a ascese estética ganha importância, primeiramente, no sentido de criar uma zona de indiferenciação entre as pessoas. Não por uma disposição à tolerância, mas por uma sensibilidade à alteridade.

Safatle trata detidamente da dimensão afetiva da indiferença e sua capacidade de mobilização política. Sua hipótese é a de que as políticas da diferença, que dinamizaram lutas sociais nos anos 1970, tiveram importância fundamental no processo de universalização dos direitos de minorias. Porém, o chamado “multiculturalismo” tencionou posteriormente à consolidação de uma sociedade engessada em termos de seus padrões identitários. Deriva daí que toda revisão crítica que proponha uma noção de universalidade é tomada como “potencialmente totalitária”, no sentido de não dar espaço para a afirmação das diferenças. O que ele propõe, em alinhamento relativo a Rancière, é que devemos cogitar a possibilidade um tipo de universalismo pós-identitário nas práticas políticas. Não significa buscar a volta das “grandes narrativas”, mas imaginar formas de vida que institucionalizem zonas de indiferenciação.

Mas note-se que a questão central aqui era a *constituição de uma universalidade verdadeiramente existente na vida social*, não o

reconhecimento de que a sociedade é composta de grupos distintos muito organizados do ponto de vista identitário. A *política descentra os sujeitos de suas identidades fixas*, abrindo-os para um campo produtivo de indeterminação. (SAFATLE, 2012, pág. 34)

A complexidade das jornadas de junho pode ser compreendida não somente dentro do eixo de discussões sobre sistemas normativos e institucionais, mas reconsiderando uma questão nuclear de toda mobilização:

A política é a arte de afetar os corpos e de leva-los a impulsionar certas ações. Devido a isso, nunca entenderemos nada das dinâmicas dos fatos políticos se esquecermos sua dimensão profundamente afetiva.”<sup>6</sup> (SAFATLE, 2012)

Assim é de interesse pensar nas possibilidades dessas movimentações como sementes, na medida em que engajam mais profundamente novos atores em debates de fundo político, inclusive com as possibilidades de progressiva reelaboração que daí decorrem.

## Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Uma cidadania reduzida a dados biométricos: Como a obsessão por segurança muda a democracia*. 2014. Disponível em: <[http://www.diplomatique.org.br/edicao\\_mes.php](http://www.diplomatique.org.br/edicao_mes.php)>. Acesso em: 20 jan. 2014.
- CAILLOIS, Roger. *Os jogos e os Homens: A máscara e a vertigem*. Lisboa: Cotovia, 1967. 228 p. Tradução de: José Garcez Palha.
- CARVALHO, José Murilo de. *Formação das Almas*, São Paulo: Cia.das Letras, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população: Curso do Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martin Fontes, 2008.
- HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. *Multitude: War and Democracy in the Age of Empire*. New York: Penguin Press, 2004
- MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios às Mediações*. UFRJ, Rio de Janeiro, 1997
- NIETZSCHE, Friedrich. *Homero e a filologia clássica*. Trad. Juan Bonaccini. Natal: Princípios, vol. 13, nº. 19-20, 2006, p. 195
- RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível: estética e política*. Trad. M. C. Neto. São Paulo: ed. 34, 2005.
- SAFATLE, Vladimir. *A esquerda que não teme dizer ser nome*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

---

<sup>6</sup> Consultado em 06 de julho. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2014/01/1394052-uma-politica-dos-afetos.shtml>

TORET, Xavier & GUTIERREZ, Bernardo. *15M e novas expressões da política*. Cadernos de Subjetividade, 2013. Entrevista realizada por Henrique Parra e Gavin Adams

VAZ, Paulo. *As esperanças democráticas e a evolução da Internet*. Anais da XIII COMPÓS, São Paulo, junho de 2004.